

CARTA ABERTA AOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO CEARÁ E A TODA SOCIEDADE CEARENSE.

Royalties do Pré-Sal: Uma riqueza nacional para Financiar e avançar na garantia do Direito à Educação de Qualidade.

O Sindicato APEOC, instância de organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do estado do Ceará, encaminha aos poderes públicos constituídos, à imprensa e ao povo cearense, as seguintes considerações:

- O direito à Educação pública, gratuita e de qualidade é uma garantia constitucional que precisa ser efetivada com o aprofundamento dos esforços estatais para tal fim. Nesse sentido, o Estado brasileiro deve garantir no âmbito das suas instituições as garantias mínimas para a afirmação objetiva desse direito humano fundamental;
- O Financiamento da Educação deve ser adequado as exigências de qualidade definidas pela sociedade. É preciso garantir recursos para questões fundamentais como a Infraestrutura das escolas e a Valorização dos Profissionais da Educação.
- Os recursos para financiar a educação nacional, ante as demandas sociais existentes por Qualidade, devem ser **garantidos através de fontes estratégicas de recursos como aqueles advindos dos “Royalties do Pré-Sal.”**
- Portanto, exigimos um claro **Compromisso Político** do Estado do Ceará, através dos poderes Executivo e Legislativo, para garantir que **100% dos recursos do “Royalties do Pré-Sal”** sejam destinados para o financiamento da educação, **seja por Lei Federal** ou especificamente por **Legislação estadual.**
- Os recursos devem ser objetivamente destinados prioritariamente para a urgente Valorização dos Profissionais da Educação. Principalmente através da qualificação da **Carreira dos Profissionais**, com garantias mínimas de unidade nacional sobre o tema com uma verdadeira **Nacionalização dos Referenciais Mínimos de Carreira com Fundo de Financiamento específico.**

Assim sendo, solicitamos a imediata consideração dos pontos evidenciados, considerando que o Financiamento da Educação é uma pauta primordial para garantir os avanços necessários nos urgentes esforços pela qualidade da educação. Especificamente na valorização dos profissionais da educação, com a efetivação da Lei do Piso e a garantia da qualificação da Carreira Profissional dos educadores e educadoras por meio da sua Nacionalização.

“100% do Pré-Sal para a educação pública, esta é a melhor distribuição!”

